

Os ideais de subjetividade e objetividade na história: o paradigma da verdade

Júlia Silveira Matos¹

O conhecimento histórico desde sua emancipação da literatura e da filosofia tem epistemologicamente sido questionado. Sua validade, verdade e certezas foram questionadas não apenas por filósofos, literatos, sociólogos, mas também pelos próprios historiadores. Nessa perspectiva, Adam Schaff (1995) produziu a obra *História e Verdade*, na qual reconheceu os problemas da objetividade na História e suas implicações para os ideais de verdade, no entanto, apresentou profunda análise sobre as possíveis soluções dessa problemática, afinal, seria a História verdadeira e objetiva?

Segundo Schaff (1995), é preciso primeiro diferenciarmos objetividade de subjetividade. O primeiro é um conhecimento que provém do objeto, é universal e isento de carga emocional, enquanto o segundo é proveniente do sujeito, é particular e emocionalmente colorido. Por isso, o conhecimento objetivo é aquele que reflete o objeto. Sendo assim, precisamos reconhecer que devido a participação do “sujeito” (pesquisador) na construção do conhecimento histórico a sua objetividade contém sempre parte de subjetividade.

Dessa forma, a primeira pista que o autor nos dá é de que uma possibilidade para delimitarmos a subjetividade no conhecimento histórico é conhecer e precisar o subjetivo que o sujeito traz ao objeto. No entanto, não podemos confundir subjetividade com essa consciência da posição, participação do observador no objeto.

É inegável que o historiador é parte da história construída. Entretanto, é preciso atentarmos para o fato que existem dois tipos de subjetividade, a primeira é boa e a segunda é má. A boa subjetividade é aquela que provém da essência do conhecimento como relação subjetivo-objetiva e do papel ativo do sujeito na produção desse conhecimento. A má é a subjetividade deformante do objeto que é inserida por interesses particulares e parciais.

Diante dessa constatação, a objetividade histórica seria a distância entre a subjetividade boa e a má e não a eliminação total da subjetividade, pois a história não é uma ciência objetiva, e isso não é novidade, ela possui uma intenção científica, ou seja, um compromisso ético com a objetividade e com a verdade, assim em história “*a definição de objetividade tornou-se ética*” (RICOEUR, 1955:34). Como já tratado nesse capítulo, a ética na pesquisa histórica é fundamental para a minimização das subjetividades e preservação das verdades das fontes.

¹ Doutora em História pela PUCRS e professora de Teoria da História e História Moderna na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Para Adam Schaff, citando Michael Bobrzynski, apenas o fato histórico pode ser imparcial, o historiador não, pois para produzir sua análise tem que tomar posições, essas devem ser científicas, mas sempre serão pontos de vista. O historiador é produto e produtor da própria cultura e sociedade. Se a objetividade fosse a exclusão de todas as influências das características culturais do historiador, não passaria de ficção, pois para isso, o historiador teria que ser sobre-humano ou a-humano.

É necessário compreendermos que o fator subjetivo é inerente ao conhecimento científico, às suas múltiplas determinações sociais. Dessa forma, o trabalho do historiador é uma síntese, pois tende a reconstituir a totalidade da imagem a partir do conhecimento de fatos particulares, e ao mesmo tempo é uma hipótese porque as relações estabelecidas entre esses fatos nunca são absolutas e verificáveis. Dessa forma, segundo Henri Pirenne as escolhas teóricas, contexto e imaginação criadora são as causas que fazem com que o historiador apreenda a história a sua maneira.

Foi diante de constatações como essa que vários estudiosos chegaram a conclusão de que inexistente verdade histórica, mas não é assim. De acordo com Pirenne, todas as apreciações da história são incompletas e isso não podemos negar, mas todas contribuem para o progresso do conhecimento. Assim, não existiria verdade, mas verdades sobre o mesmo fato. A solução para tal problemática seria passar de um conhecimento individual para o conhecimento como processo social, pois a verdade se constituiria a partir da somatória das múltiplas verdades, ou fragmentos de verdade, que dentro de um processo seriam continuamente revistas e suas cargas de subjetividades cada vez mais neutralizadas, pois cada pesquisador partiria sempre de um conjunto bem mais completo de análises.

Para Le Goff (1996), a história conhecimento somente se legitima pela compreensão de que seus dados e fatos não são absolutos, na verdade, se apresentam confusos e misturados, pois cabe ao historiador perceber os equívocos, suas estruturas, mudanças, permanências e dinâmicas dos eventos. Apesar de almejar a objetividade, essa não faz parte da natureza científica da história e por isso, o método histórico é inexato. Assim, cabe ao historiador a reconstrução dos fenômenos e não sua ressurreição, como almejaram historiadores como Jules Michelet.

Para Michel de Certeau, o fato histórico estudado possui um caráter objetivo, algo que não depende da observação do historiador, que é dado *apriori* a qualquer análise. No entanto, o olhar do historiador, sua leitura sobre o real é subjetivo e denotará subjetividade na reconstrução histórica. Por isso, a história não pode ser vista como uma ciência objetiva e sim subjetiva. Ainda segundo Certeau,

Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-

econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados etc. encontra-se, portanto, submetida a opressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os dossiers e as indagações relativas aos documentos (CERTEAU, 2000:66).

Desta forma, o olhar do historiador variará de acordo com sua história de vida e trajetória intelectual, suas escolhas metodológicas, instrumentais e seleção de fontes, pois a interpretação histórica é dependente de um conjunto de referências contextuais. O contexto que aparece como um palavra mágica ao historiador, se subdivide em esferas internas e externas. As internas são pertencentes a fatores de permanências ideológicas involuntárias, é a própria rede na qual as mentalidades deitam suas raízes, ou seja, a interligação de idéias recebidas pelo pesquisador no processo de sua formação, assim como, pelos produtores das fontes analisadas; as externas são as estruturas sociais, culturais e econômicas gestoras dos fenômenos estudados. Dessa forma, cabe ao historiador examinar as duas esferas em um movimento chamado de hermenêutica, o qual se propõe ao exame do contexto de produção das fontes, da vida de seus produtores e por fim, uma análise detalhada dos termos e conteúdo dos documentos selecionados. Dessa forma, de acordo com Michele de Certeau,

Os fatos históricos já são constituídos pela introdução de um sentido na objetividade. Eles enunciam na linguagem da análise, escolhas que lhes são anteriores, que não resulta, pois na observação – e que não são nem mesmo verificáveis, mas que apenas são falsificáveis, graças a um exame crítico. A relatividade histórica compõe, assim, um quadro onde, sobre o fundo de uma totalidade da história, se destaca uma multiplicidade de filosofias individuais, as dos pensadores que se vestem de historiadores (CERTEAU, 2000:67).

A inserção do caráter objetivo ou podemos chamar de minimização das subjetividades nas pesquisas históricas se dá através do emprego do método e da clareza teórica. Segundo Davi Screiner, *“Não só o objeto de pesquisa está imerso no fluxo da história, mas também o sujeito, o próprio pesquisador; sua perspectiva, seu método, seu ponto de vista”*(...) *O ofício de historiador requer que as fontes históricas não sejam tomadas como o real, mas como parte do real, produzidas segundo visões de mundo, interesses e valores*”(SCREINER, 1998:70). A constante dúvida no processo de análise das fontes é o que permite, como já dito, o avanço e o desenvolvimento de uma pesquisa comprometida com a compreensão dos fenômenos históricos.

Assim, a objetividade, segundo Karl Popper, só pode ser garantida por um grande número de cientistas atuando. Portanto, é possível superar o fato subjetivo da história pela acumulação de verdades parciais. Nessa perspectiva, a única forma de dominarmos a ação deformante da subjetividade seria tomarmos consciência de sua ação. Conhecer a subjetividade do pesquisador.

Mas é preciso, de acordo com Schaff, compreendermos que é impossível estabelecermos *a priori* as modalidades de superação das diferentes manifestações da deformação cognitiva engendradas pelo subjetivo. Dessa forma, poderíamos nos questionar se simplesmente tomar consciência do fator subjetivo pode impedir as possíveis deformações do objeto que esse causa? Para Schaff, essa proposta de Mannheim é valorosa, mas incompleta. É mais do que isso, há muito os filósofos tomaram conhecimento da ação deformante da subjetividade sobre o conhecimento, o marxismo foi uma das primeiras teorias a chamar a atenção para tal problemática através de sua concepção de infraestrutura e superestrutura.

Primeiramente, para alcançarmos tal solução precisamos ter em mente que o ponto de partida é inverso, não é o individual, mas o social, pois a pesquisador é determinado por seu meio e pela ciência de seu tempo. E é por essa via que toma consciência dos fatores deformantes da subjetividade. Essa asserção nos conscientiza de que o conhecimento é cada vez mais parcial e que suas verdades não são totais.

Portanto, a superação da ação deformante da subjetividade sobre a história é um processo social e, segundo Schaff,

isto por duas razões: a primeira é que a tomada de consciência pelo sujeito que conhece do caráter limitado e socialmente condicionado do seu conhecimento é de origem social, por que a consciência teórica deste estado de coisas é trazida 'do exterior', como saber socialmente constituído que o sujeito na – e pela – educação, pela instrução; a segunda razão é que o processo em questão, a superação da ação do fator subjetivo, é ele próprio social na medida em que implica na cooperação dos homens de ciência, em particular a crítica científica (SCHAFF, 1995:291).

Ou seja, para Schaff, essa consciência teórica é exterior e social, porque é fornecida pela própria ciência. Sendo assim, o pesquisador não pode se livrar de suas influências sociais, mas pode tomar consciência delas e perceber que são indissociáveis de todo o conhecimento, por isso o conhecimento histórico é datado, como disse Marc Ferro em seu “A história vigiada”,

O cientista (o intelectual) pode ser-e é-em geral permeável às fobias, aos preconceitos, aos modelos de interpretação e de avaliação dos fatos e dos homens, características da sua época, da sua classe, do seu grupo social, do seu meio profissional, etc. Todos esses fatores moldam essencialmente a sua concepção do mundo, as suas atitudes e as suas opiniões em matéria de problemas sociais, o que impregna portanto a sua visão do processo histórico, o modo como constrói e seleciona os fatos históricos, sem falar da sua interpretação quando passa às sínteses históricas. Tais são os conteúdos concretos que se escondem sob o pseudônimo 'o fator subjetivo no conhecimento histórico' (SCHAFF, 1995: 292).

Sendo assim, é inelutável reconhecer que esse fator subjetivo intervém na produção do conhecimento histórico, mas a auto-reflexão metodológica do historiador pode efetivar o progresso

da objetividade na História. O historiador pode assim, *“formular-se o postulado realista de uma investigação da objetividade do conhecimento, no sentido de um processo visando a superar as influências limitativas, coercivas e deformantes do fator subjetivo”* (SCHAFF, 1995: 293). Essa superação depende, conforme discorreu o autor, de um processo de tomada de consciência do pesquisador que inclui auto-conhecimento. Portanto, em relação a questão da verdade relativa objetiva da história, para Schaff, é preciso termos em mente que os historiadores são construtores da história porque não partem dos fatos prontos para a análise como muitos interpretaram, mas dos materiais históricos,

das fontes, no sentido mais extenso deste termo, com a ajuda dos quais constrói o que chamamos os fatos históricos. Constrói-os na medida em que seleciona os materiais disponíveis em função de um certo critério de valor, como na medida em que os articula, conferindo-lhes a forma de acontecimentos históricos. Assim, a despeito das aparências e das convicções correntes, os fatos históricos não são um ponto de partida, mas um fim, um resultado (SCHAFF, 1995: 307).

Como já referido na introdução desse capítulo, a construção do conhecimento histórico inicia no próprio processo de seleção das fontes e esse é o primeiro caráter de subjetividade da pesquisa. No entanto, os historiadores não mentem a história que constroem, de acordo com Schaff, *“os historiadores não mentem portanto, se bem que sustentem discursos diferentes, por vezes mesmo contraditórios. Este fenômeno é simplesmente o resultado da especificidade do conhecimento que tende sempre para a verdade absoluta mas realiza essa tendência no-e pelo-processo infinito da acumulação de verdades relativas”* (SCHAFF, 1995: 309). Em toda a produção histórica existe parte de verdade e falseamentos conseqüentes da subjetividade e possibilidades de pesquisa disponíveis no momento de sua realização, assim, como em toda a fonte. Dessa forma, a história é inelutavelmente subjetiva, mas alcança sua objetividade a partir da acumulação das verdades relativas produzidas pelas diversas interpretações e construções dos historiadores. A partir dessas reflexões surge outro questionamento, afinal, a história tão imersa em toda essa subjetividade e distanciamento com os fenômenos a que se propõe estudar pode ser considerada e qualificada como ciência ou ela é apenas um método de pesquisa? A esta pergunta respondeu Le Goff (1996), que a história é uma ciência devido ao fato de possuir métodos de interpretação e leitura do real, *“A atualização dos métodos que fazem da história um ofício e uma ciência foi longa e contínua”* (LE GOFF, 1996:111). Ainda para Le Goff, a história é e deve ser uma ciência e a prova disto é o fato de precisar de técnicas, de métodos e de ser ensinada.

Considerações finais

Dessa forma, como discorreremos nesse texto, o ofício do historiador não requer apenas a formação superior na graduação de história, seja licenciatura ou bacharelado, mas, principalmente um compromisso com as escolhas metodológicas e teóricas, assim como, uma constante tomada de consciência das opções feitas do decorrer da pesquisa. O historiador consciente de seus processos de pesquisa deve se apropriar dos marcos teóricos escolhidos como pressupostos para pensar a problemática, assim como, deve ter claro o caminho metodológico. Essa afirmação aqui é um alerta, pois, todo o referencial historiográfico possui em seu cerne uma diretriz teórica, revelada ou não, a qual influi na formação dos historiadores leitores. Sendo assim, até mesmo o pesquisador que nega a escolha de uma teoria como guia de suas investigações históricas, está, sim, dirigido indiretamente por marcos teóricos escolhidos e adotados por suas leituras de forma involuntária. O resultado desse trabalho é uma pesquisa e um pesquisador sem consciência plena de seu trabalho. Que estão na condição de trabalhador alienado, pois não conhecem todos os mecanismos de construção de sua própria pesquisa. Por isso, conhecer as teorias históricas e as metodologias de pesquisa é essencial para o amadurecimento e a execução de uma história consciente de suas possibilidades e limitações. Esse cuidado é somente o primeiro no processo de apropriação da própria criação. O historiador enquanto reconstrutor do passado, seu observador, analista e intérprete precisa ter íntima relação com as fontes, conforme discorreremos aqui, para tanto, conhecer a natureza, o contexto e a autoria, são fundamentais para a compreensão do documento em análise. Portanto, ser historiador é ser investigador, sempre atento aos indícios ou vestígios que o passado nos deixa em meio seus rastros.

Referências Bibliográficas

AMADO, J. *História e região: reconhecendo e construindo espaços*. In: SILVA, M. A. (Org.).

República em migalhas: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

BARBOSA, Wilmar do Valle. *O materialismo histórico*. In: REZENDE, Antônio. **Curso de Filosofia**. 4 ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar/SEAF, 1991.

BLOCH, Marc. *Apologia a História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOIS, GUY. *Marxismo e História Nova*. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4 ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Portugal. Publicações Europa-América, 1990.

BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

BRAUDEL, Fernand. *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BURKE, Peter. (org.). *A escrita da história da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1997.

BURKE, Peter. *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro*. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo. Editora UNESP, 1992.

CARBONELL, Charles-Oliver. *Historiografia*. Lisboa. Editorial Teorema, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *História e paradigmas rivais*. In: **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro. CAMPUS, 1997.

CATROGA, Fernando. *Memória e História*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Edurgs, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. DIFEL. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1990.

COLLINGWOOD, Robin George. *A idéia de História*. Lisboa. Editorial Presença, s/d.

COMTE, Augusto, *Apud* GARDNER, Patrick. *Teorias da História*. 4 ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulbekian, 1995.

DIEHL, Astor A. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DOSSE, François. *A história a prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*. São Paulo. Ensaio; Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 1998.

ELIBIO JR, Antônio Manoel. *O “sentimento brasileiro que lhes brotara na alma”: a construção da nação e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1921-1930)*. Porto Alegre: Cadernos de Pesquisa do CDHIS — n. 38 — ano 21 — p. 45-57 — 1º sem. 2008.

FALCON, Francisco. *História Cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro. Ed. CAMPUS, 2002.

FALCON, Francisco. *História das idéias*. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro. CAMPUS, 1997.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris. Armand Colin, 1953.

FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FLORES, Moacyr. *Historiografia: estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1980.

FONTANA i LAZARO, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru – SP. EDUSC, 1998.

FONTES, Virgínia. *História e Modelos*. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro. CAMPUS, 1997.

GARDNER, Patrick. *Teorias da História*. 4 ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulbekian, 1995.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa. DIFEL. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1991.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 3 ed. São Paulo: Rio de Janeiro. DIFEL, 1979.

GRENDI, Edoardo. *Repensar a micro-história?* In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

GUTFREIND, Ieda. *A construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975*. São Paulo: 1989. Tese (doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

HUNT, Lynn. *Apresentação: história, cultura e texto*. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. 2 ed. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

KONDER, Leandro. *Marx: Vida e Obra*. São Paulo. CROMOSSETE Gráfica e Editora, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: para uma semântica dos tempos históricos*. São Paulo: Editora Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques (org). *A história nova*. 4ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. *As mentalidades: uma história ambígua*. In: LE GOFF, Jacques. **História:**

novos objetos. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2.ed.Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

LE GOFF, Jacques. *Prefácio a nova edição*. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4 ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

LLOYD, Christopher. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1995.

LOPES, MARCOS A.(org). *Espaços da memória: Fronteiras*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 7 ed. Rio de Janeiro. José Olympio Editora, 2002.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. 6 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1998.

MATOS, Júlia S. *Lucien Febvre e a quádrupla herança: Aspectos teóricos do campo biográfico*. BIBLOS: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. Vol. 20. Rio Grande. Editora da FURG, 2006, pp. 165-178.

NEVES, Francisco das & TORRES, Luiz Henrique. *Visões do Rio Grande: a cidade sob o prisma europeu no século XIX*. Rio Grande: URG, 1995.

PESAVENTO, Sandra J. *Historiografia e ideologia*. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio (orgs). **RS: Cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra J. *RS: A economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Esta história que chamam micro*. In: C. A.B. GUAZELLI; S. R. F. PETERSEN; B.B. SCHMIDT e R. C. L. XAVIER (org). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS,

2001.

PESAVENTO, Sandra. *O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado*. História Unisinos, vol. 8, n. 10, jul/dez, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Relação entre História e Literatura e Representação das Identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX)*. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 4, dezembro de 1995. pp. 115-127.

POMIAN, Krzysztof. *A história das estruturas*. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4 ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A inovação em História*. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo. Editora Ática, 1994.

REVEL, Jacques. *A história ao rés do chão (Prefácio)*. In: G. Levi (org). **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REVEL, Jacques. *Micro análise e construção social*. In: **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998

RICCOEUR, Paul. *História e tempo*. In: **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, pp. 357-421.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *Os Annales e a Historiografia Francesa: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault*. Maringá. EDUEM, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste François César Provençal de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Editora do Senado, 2004.

SAMUEL, RAPHAEL. Teatros da memória. Projeto história, São Paulo, n14,1997.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. 6 ed. São Paulo. Martins Fontes. 1995.

SCHREINER, Davi Felix. *Imaginários sociais e produção do conhecimento histórico*. In: LOPES, Marcos A. (org). **O ensino e a pesquisa em história na Unioeste: realizações e tendências**. Cascavel. EDUNIOESTE, 1998.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru – SP. EDUSC, 2001.

SILVA, V. A. C. *Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica*. In: SILVA, M. A. da. **República em migalhas: história regional e local**. [S. I.]: [s. n.], 1990.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

VAINFAS, Ronaldo. *História das mentalidades e História cultural*. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**. 7 ed. Rio de Janeiro. CAMPUS, 1997.